



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**9 de fevereiro**  
**de 2021**

# Acessibilidade em Centro de Ensino

O Estado do Maranhão deverá adaptar, em dois anos, o Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez às normas que estabelecem condições de acessibilidade para imóveis urbanos, de modo que possam ser utilizados por pessoas com deficiência ou necessidade especial.

Sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos obriga, ainda, o Estado a fornecer o Cronograma de Saneamento das irregularidades, no prazo de 60 dias, a contar da intimação da decisão, bem como informar à Justiça das medidas tomadas na medida em que forem executadas.

O juiz Douglas de Melo Martins acolheu pedidos feitos pelo **Ministério Público** Estadual em **Ação Civil Pública** para condenar o Estado a adaptar completamente o Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez "Profa. Maria da Glória Costa Arcangeli", localizado na rua Dr. Carlos Macieira, s/n°, Alemanha, conforme as exigências da NBR 9050-ABNT, sanando as irregularidades apontadas em Inquérito Civil Público.

O **Ministério Público** do Estado do Maranhão apresentou, nos autos, o Relatório de Acessibilidade elaborado pela Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria-Geral de Justiça, datado de 25 de julho de 2017, apontando várias irregularidades referentes à acessibilidade do local e pediu a condenação do Estado a fazer as intervenções necessárias, tornando o centro acessível a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Consta na ação um relatório de vistoria realizada em 25 de julho de 2017, pelos servidores do **Ministério Público**, Alfredo Alencar de Oliveira, engenheiro civil, em coautoria dos servidores Tereza Cristina Sales Silva e Nielsen Oliveira Castro, que constataram inadequações e falhas no projeto apresentado para solução das irregularidades.

## Direito

De acordo com a sentença, o artigo 244 da Constituição Federal determina que "a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. E no artigo 205, que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

O juiz Douglas de Melo Martins também fundamentou a decisão na Lei nº 10.098/2000, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impondo que "a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida".

Segundo o entendimento do juiz, os direitos fundamentais são os princípios básicos do Estado Democrático de Direito, orientando a ação de todos os poderes constituídos, tendo a Administração Pública, em todas as esferas, o dever de assegurar aos cidadãos que seus direitos sejam respeitados. "Ademais, a não adaptação do imóvel apontado para o uso das pessoas com deficiência fere, também, o direito de igualdade, consagrado no artigo 5º, caput, da Constituição Federal, haja vista que restringe seu uso somente à parcela da população, se não totalmente, dificulta extremamente. Situação agravada por ser este imóvel voltado para o atendimento desse público específico", enfatizou o magistrado.

A sentença fixa multa diária no valor de R\$ 10 mil, em caso de descumprimento da decisão, valor a ser revertido ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

## Sítio:

<https://banca.oimparcial.com.br/oimparcial/2021/02/40503/>

# Deputado Yglésio pede investigação sobre casos de "fura-fila" da vacina

O deputado estadual Yglésio Moyses (PROS) reafirmou, por meio de suas redes sociais, nesta segunda-feira (8), a necessidade de apuração dos casos de "fura-fila" da vacina contra o novo **coronavírus no Maranhão**. Segundo reportagem do Atual7 de 15 denúncias feitas ao **Ministério Público** a respeito de pessoas que são vacinadas sem ter prioridade, apenas três estão sendo investigadas em todo o estado.

Em janeiro, o parlamentar já havia feito um ofício que pedia a apuração de irregularidades na aplicação da vacina. Diante da investigação do MP, resolveu se pronunciar novamente. "Entendo que a vacina é importante para todos, mas, neste momento, precisamos assegurar que os mais vulneráveis sejam imunizados e, à medida que novas doses forem chegando, sejam estabelecidos novos grupos prioritários", publicou na rede social.

Dentre estes outros grupos prioritários, Yglésio cita profissionais que atuaram na linha de frente durante a pandemia. Entre eles, estão alunos da área de saúde realizando estágio, profissionais da **segurança pública**, professores, agentes funerários e as demais categorias que estiveram em contato direto com o vírus.

**Site:** <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/09022021>

# Coordenação do Patrimônio Histórico de Caxias se manifesta sobre descaracterização de prédios tombados

**Cláudio Sabá**

Pasta responsável pela

preservação do Patrimônio Histórico de Caxias lança nota esclarecendo

providências tomadas em obras realizadas no centro da cidade

O

poeta e escritor caxiense, Wybson Carvalho, que trabalha na Coordenação de

Patrimônio Histórico da Prefeitura de Caxias, esclarece em nota todas as

medidas já tomadas acerca de intervenções feitas sem a devida autorização ou

conhecimento da pasta responsável pela área no município.

A

manifestação da Coordenação de Patrimônio veio após a publicação de matéria do Blog do Sabá ( reveja ) dando conhecimento de

obra na Igreja Presbiteriana do Brasil em Caxias, localizada no centro da

cidade, em área tombada pelo Patrimônio Histórico do Maranhão em 1990.

No

esclarecimento, Wybson Carvalho fala sobre as providências que estão sendo

tomadas, "...solicitamos o embargo,

primeiramente, à Superintendência Estadual de Proteção ao Patrimônio Histórico,

Artístico e Paisagístico do Maranhão" .

Sobre

outro imóvel localizado também no centro da cidade, o mesmo teria sido demolido "sem licença ou mesmo alvará para

reconstrução com prévia apresentação do projeto técnico arquitetônico para

análise da Secretaria Adjunta de Urbanismo" , explica Wybson Carvalho.

Confira

a manifestação da Coordenação do Patrimônio Histórico de Caxias:

"Chega de tanta

desobediência em relação ao nosso acervo arquitetônico"

Neste último final de

semana, mais um imóvel com a tipologia arquitetônica de época, morada inteira, foi

demolido em Caxias, irregularmente sem licença para demolição, e/ou mesmo

alvará para reconstrução com prévia apresentação do projeto técnico

arquitetônico para análise da equipe técnica da Secretaria Adjunta de

Urbanismo. A demolição ocorreu na Rua Afonso Pena, às proximidades da Igreja

Presbiteriana, que prossegue em construção descaracterizando a sua

originalidade.

Mas, damos ciência à

opinião pública de que solicitamos o embargo, primeiramente, à Superintendência

Estadual de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do

Maranhão, instância estadual que tem a precípua responsabilidade de

fiscalização, haja vista ser pautada no Decreto do Governo do Maranhão, datado

de novembro do ano de 1990, século passado; que tomba em conjunto o perímetro

centro-histórico da cidade de Caxias.

O embargo, também,

foi solicitado pela Coordenação Municipal de Patrimônio Histórico à Secretaria

Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, que, através da Secretaria Adjunta de

Urbanismo, tem o Departamento de Fiscalização e Autuação às construções

irregulares compreendidas dentro do zoneamento tombado pelo estado do Maranhão.

Esse processo participativo estadual e municipal se dá face à obediência do que

está preconizado na Lei Nacional de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico

e Paisagístico; haja vista à inter-relação dos entes federados: União, Estados

e Municípios.

Já há três obras, em

processo de embargo na cidade de Caxias. Elas estão localizadas: uma pegada ao

BASA, outras no Calçadão e Rua Fause Simão e quaisquer outras que venham

descaracterizar o acervo arquitetônico do centro-histórico caxiense serão

embargadas!

Já houve uma

audiência - no **Ministério Público** local - na qual foi

assinado um termo de

conduta dos novos proprietários desses imóveis, mas continuam desobedecendo;

fazem a demolição e constroem descaracterizando o imóvel da sua originalidade

arquitetônica sem nenhum alvará de licença concedida por parte da Prefeitura

Municipal de Caxias...!

Mas, chega de tanta

desobediência em relação ao nosso acervo arquitetônico tombado pela

Superintendência de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico

do Maranhão. Vivemos numa República Federativa, e, na qual, as políticas

públicas são realizadas em um compartilhamento de responsabilidade dos entes

federados: União, estados e municípios unidos com o apoio da sociedade civil

organizada na elaboração e articulação das políticas públicas em benefícios ao

interesse público. A partir de agora já levamos ao conhecimento da

Superintendência Estadual de Proteção ao Patrimônio para uma tríplice punição

aos infratores.

Wybson Carvalho,

funcionário público municipal lotado na Coordenação de Patrimônio Histórico

local.

**Site:**

**<http://www.blogdosaba.com.br/2021/02/coordenacao-do-patrimonio-historico-de.html>**

# Ocupação em leitos de hospitais privados chega a 100% no fim de semana

Devido ao crescente número de casos da Covid-19 no do Maranhão, no último final de semana (6 e 7 de fevereiro), dois hospitais privados de São Luís atingiram 100% da ocupação dos leitos de UTI. De acordo com o boletim do Hospital São Domingos emitido no dia 7, além dos leitos de UTI terem alcançado limite total, os leitos de enfermaria e apartamentos estão com ocupação de 82,8%.

No UDI Hospital, o boletim, também divulgado no domingo, apresentou ocupação de 88,7% dos leitos de enfermaria, além de ter registrado cinco recuperações da doença e um óbito em 24 horas. De acordo com os dados do consórcio de imprensa, o Maranhão continua em alta no número de óbitos, apresentando um aumento de +147%.

Em nota, o Hospital São Domingos explicou que o aumento de ocupações de leitos é flutuante e ocorre de acordo com o cenário de contaminação do estado. A diretoria também enfatizou que diante do crescente número de casos na capital, mais leitos serão disponibilizados para pacientes contaminados.

"Nosso boletim do domingo, 7, informou que o hospital estava com 100% de ocupação dos leitos de UTI exclusivos para pacientes com Covid, entretanto, isto é muito flutuante, devido as altas médicas. E também, para tranquilizar a população, a medida em que há necessidade, ampliamos o número de leitos para garantir assistência a quem necessita. Estamos atuando sempre para não deixar ninguém sem assistência", ressaltou a direção em nota.

Rede estadual Em relação aos leitos das unidades de atendimento da rede estadual, de acordo com boletim epidemiológico de domingo, 79,37% dos leitos de UTI da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar) estão ocupados, enquanto a taxa dos leitos de enfermaria é de 65,95%.

Em Imperatriz, a situação é um pouco mais grave. A taxa de ocupação no último domingo era de 93,75% nas UTIs e de 74,07% nas enfermarias.

Contudo, apesar da taxa ser maior comparada às outras regiões, o município tem menos leitos da rede estadual destinados aos pacientes com Covid-19. Segundo a Secretária de Estado da Saúde (SES), estão disponíveis em Imperatriz 32 leitos de UTI, dos

quais 30 estão ocupados, e 81 leitos de enfermaria, em que apenas 21 estão disponíveis.

Ainda de acordo com a SES, para a região metropolitana de São Luís estão disponibilizados 126 leitos de UTI, que estão ocupados por 100 pacientes, e 185 leitos de enfermaria, dos quais apenas 63 estão disponíveis. As demais regiões do Maranhão possuem um total de 148 leitos de UTI, com taxa de ocupação de 50,68%, e 353 leitos de enfermaria, com a ocupação de 19,83%.

Em entrevista à imprensa realizada na semana anterior, o governador do Maranhão, Flávio Dino, anunciou como medidas a expansão de leitos e equipamentos na rede estadual.

"Nós temos como medida expansão de novos leitos e equipamentos, porque quando eu falo de abrir novos leitos, evidentemente isso envolve respiradores, monitores etc., temos feito aquisições e também solicitado apoio ao **Ministério Público**", explicou o governador.

Em nota a Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou que desde 23 de janeiro, ampliou de 89 para 126 leitos de UTI e 135 para 185 leitos de enfermaria na Grande Ilha. Ainda nesta semana serão destinados novos leitos tanto na capital quanto no interior do estado.

Crescente de casos De acordo com os dados do Consórcio de Imprensa, além do número de óbitos, o Maranhão também entrou em alerta vermelho em relação ao aumento de casos da doença.

Segundo a atualização de domingo, o estado apresentou um aumento de 124% no número de casos e óbitos.

Segundo os últimos boletins da SES, apenas nos primeiros sete dias deste mês (1º a 7 de fevereiro), 2.291 novos casos foram registrados em todo o estado e 78 óbitos foram confirmados causados por Covid-19.

No momento, o estado possui 7.870 casos ativos e 4775.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/09>

/

# Governo apresentará medidas para evitar decreto de lockdown

O Governo do Maranhão informou a O Estado que apresentará ao Poder Judiciário medidas adotadas para o combate à Covid- 19. Segundo o Executivo, neste momento, "é dispensável" a decretação de lockdown. O Governo não confirmou quando serão demonstradas estas garantias.

A apresentação, contudo, deve acontecer em audiência convocada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos em decisão divulgada no fim da manhã de ontem, 8. A agenda está programada na quinta-feira, 11, às 8h, no auditório da Procuradoria- Geral de Justiça, na Avenida Carlos Cunha, no Calhau com a presença de um número limitado de pessoas por medidas sanitárias.

Segundo o despacho do juiz Douglas de Melo Martins, a audiência deve contar com a participação das partes que estiverem interessadas na obtenção de uma solução consensual. "Espero que todos nos ajudem a encontrar a solução para este assunto tão complexo.

Qualquer solução em um caso tão grave depende da colaboração de todos", afirmou.

Após o encontro, o Judiciário deve estipular prazo para se manifestar sobre a possibilidade ou não da medida de restrição social. Segundo o magistrado, o parecer dependerá das condições propostas pelo poder público.

De acordo com a primeira posição do Judiciário do dia 2 deste mês, o Governo deve informar as providências tomadas para evitar o colapso no sistema de saúde local. Enquanto unidades particulares de saúde da capital apontam ocupação máxima de leitos em seu interior, na rede pública, até o fechamento desta edição, a Grande Ilha contava com 79% das vagas de UTI com pacientes.

Em Imperatriz, o percentual de ocupação de leitos é de 93%. Os índices são semelhantes aos de maio do ano passado, período em que o Governo do Maranhão alega ter sido obrigado a decretar lockdown na Grande Ilha.

À época, o Maranhão foi o primeiro estado do país a adotar a medida.

No entanto, ao contrário do período em que o Estado

alegava que a decretação era necessária para que a estrutura pública hospitalar suportasse a demanda de pacientes, desta vez, o Governo busca apontar para o caminho inverso.

Além da pressão popular, empresários do setor hoteleiro e de bares e restaurantes reivindicam medidas alternativas para evitar novo lockdown e prejuízos futuros nas finanças dos entes privados.

No dia 2 deste mês, quando a Defensoria Pública do Estado ingressou com **Ação Civil Pública** requerendo o lockdown, considerando os níveis de ocupação hospitalar no território maranhense, o governador Flávio Dino (PCdoB) já descartara o ato. "Definimos medidas relativas à ampliação de leitos e outras providências. Mas, sublinho, não cogitamos de novo Lockdown, neste momento", escreveu em sua conta no Twitter.

MAIS

Manifestação

O prefeito de São Luís, Eduardo Braide, também sinalizou contra o ato. "São Luís tem avançado no enfrentamento à Covid-19 com a campanha de vacinação [...]. No momento, não há nenhum estudo ou planejamento de lockdown na cidade", afirmou.

Municípios ainda têm prazo para manifestação

O prazo de 72 horas estipulado pelo Poder Judiciário para que os 217 municípios e o Estado apresentem as condições para evitar a decretação de lockdown no Maranhão ainda não começou. Segundo a Justiça, como se trata de um "processo complexo" a intimação de todas as partes, o tempo de resposta ainda não é válido e, por isso, a ideia é estimular manifestações espontâneas das partes.

De acordo com a legislação vigente, somente após a intimação oficial, a parte suscitada deve apresentar garantias. "Não começou o prazo para ninguém. Quem se manifestou foi espontaneamente", disse a O Estado o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins.

Somente após a apresentação das garantias, a Justiça deve apontar a necessidade ou não de novo lockdown



no Maranhão.

**Site:**

**<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/09>**

**/**

# Central de Mandados da Ilha zera cumprimento de Medidas Protetivas à Mulher

A Central de Mandados da Comarca da Ilha de São Luís cumpriu, na última quinta-feira, 4 de fevereiro, todas as ordens de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) expedidas pelas Varas da Mulher vinculadas aos termos judiciais de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, zerando a demanda acumulada.

No mês de novembro de 2020, havia uma demanda de 232 MPU's distribuídas aguardando cumprimento, bem como diariamente outras se somavam a esse acervo. Em dezembro, esse número foi reduzido para 80. E, em fevereiro deste ano, a zero.

Os resultados são fruto de iniciativa conjunta entre a Corregedoria Geral da Justiça, Diretoria do Fórum e Coordenação da Central de Mandados, que otimizaram os trabalhos e impulsionaram o cumprimento dos expedientes encaminhados pelas secretarias e gabinetes das referidas varas judiciais da Região Metropolitana da capital, especialmente a Vara da infância e juventude, **execução penal** e violência doméstica e familiar contra a mulher de São José de Ribamar.

O trabalho também foi impulsionado, no final do ano passado, pela retomada das atividades presenciais após o pico da pandemia. No período de 20 de março a 30 de junho do ano passado, o órgão trabalhou em plantão extraordinário, de acordo com a recomendação do Judiciário nacional e a partir de julho retomou o expediente normal, com exceção dos ofícios de justiça com uma ou mais doenças simultâneas e pertencentes ao grupo de risco de contágio pela Covid-19, que continuaram trabalhando em regime de teletrabalho.

Segundo números do sistema PJe, entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, foram distribuídos na Central de Mandados 9.518 expedientes e destes, 5.889 foram cumpridos e 3.630 estão em andamento, o que representa uma produtividade aproximada de 61,9%, no somatório dos últimos dois meses de trabalho.

**CELERIDADE** Uma das medidas que contribuiu sobremaneira para otimizar o serviço foi adotada pelas juízas Laysa Mendes, atual coordenadora da Central,

e Andréa Perlmutter, diretora do Fórum de São Luís, em janeiro deste ano, determinando o redirecionamento de todos os ofícios que eram encaminhados pelas unidades judiciais para a Central, destinados, por exemplo, às delegacias, encaminhando inquéritos, ou outras comunicações oficiais, para o setor de protocolo ou correios, reduzindo o volume de serviços burocráticos e desnecessários na Central de Mandados, que ficaram restritos, exclusivamente, ao cumprimento de mandados dos juízes.

"Anteriormente, a Central de Mandados não atendia somente a sua atribuição específica de cumprir mandados.

Os oficiais de Justiça atuavam, também, como officeboys qualificados, entregando ofícios no protocolo e pegando os recibos de entrega, o que demandava um volume de trabalho grande para eles.

Então, determinamos que isso não seria mais feito e sim pelo setor de protocolo ou por via postal", explica a juíza coordenadora.

De outro lado, a Corregedoria do Judiciário organizou melhor a dinâmica do serviço, em outubro do ano passado, determinando, no Provimento 56/2020, que os expedientes gerados nas unidades jurisdicionais fossem encaminhados fisicamente à Central de Mandados em até dois dias úteis, sob pena de cancelamento.

"É inconteste que sem o envolvimento e apoio da alta gestão não teríamos chegado onde chegamos. Ficou o legado de Vossa Excelência (desembargador Paulo Velten) de ter, hoje, as instalações da Central de Mandados referência no País", reconhece Alberto James Paz, coronel da reserva do Exército e coordenador da Central de Mandados até janeiro de 2020, em mensagem ao corregedor-geral da Justiça.

Atualmente, o coronel da reserva da PM Francisco César Alves da Silva auxilia a magistrada na coordenação dos trabalhos.

Os prazos para cumprimento, pelo oficial de Justiça,

dos expedientes de trâmite normal e sua devolução à unidade judicial, excetuados os prazos específicos previstos em lei, são de dez dias para comunicações judiciais em processos com réu preso, excetuadas as audiências; quinze dias para comunicações judiciais em processos sem réu preso (artigo 334 do CPC/2015) e trinta dias para mandado de busca e apreensão, reintegração de posse de veículos, imissão de posse e reintegração de posse de imóveis e prisão civil em ação de execução de alimentos (art.18 do Provimento 08/2017 da CGJMA).

O prazo para cumprimento do mandado pelo oficial de justiça é contado a partir do dia útil seguinte ao do expediente colocado pela coordenação da central em sua pasta.

O oficial de Justiça é notificado a cumprir ou comprovar que cumpriu a ordem judicial, em cinco dias, sob pena de processo administrativo.

O mesmo acontece no caso de algum atraso noticiado pelos juízes.

#### CONTROLE

O monitoramento do cumprimento dos mandados judiciais é feito por meio dos sistemas de acompanhamento processual, Themis PG (em papel) e PJe - Processo Judicial Eletrônico (digitais). O controle também é baseado numa planilha de desempenho do trabalho de cada oficial de Justiça na execução dos expedientes em tempo hábil.

A Central de Mandados foi criada na gestão do corregedor Stélio Muniz, pela Lei Complementar nº 85, de 21 de junho de 2005, com o objetivo de estruturar e racionalizar o cumprimento das ordens judiciais nos termos judiciários de São Luís, São José de Ribamar Paço do Lumiar e Raposa, que passaram a integrar a Região Metropolitana de São Luís, criada pela Lei Complementar nº 174/2015.

Esses municípios foram divididos em 24 distritos, onde atuam 105 oficiais de Justiça em regime de rodízio trimestral, atendendo à demanda localizada.

Quatro atuam especificamente no cumprimento de mandados junto aos presídios, quatro acompanham o **Tribunal do Júri** e oito no atendimento de medidas urgentes no plantão diurno da Central.

No setor administrativo, trabalham dez servidores e nove estagiários estudantes do ensino médio. (Helena Barbosa - Asscom / CGJ)

**Site:** <https://oprogresonet.com/edicao-digital/216/o-progresso--09-de-fevereiro-de-2021>

# Lavrador aparece e revela detalhes da brutalidade dos policiais que mataram comerciante em Bacabal

## **O Informante**

Surpreendendo toda a sua família e a cidade de Bacabal, que já não tinha mais esperanças de que ele estivesse vivo, o lavrador José de Ribamar Neves Leitão, o popular 'Riba', apareceu, na madrugada dessa segunda-feira, 8, na casa de uma irmã sua, na Vila São João. Da casa de um advogado, para onde foi levado pela irmã, 'Riba' gravou um vídeo relatando toda a brutalidade que viveu com o comerciante Marcos Marcondes Santos, o 'Marquinhos', que não resistiu às torturas, seguidas de tiros, e foi encontrado morto num matagal já no município de São Luís Gonzaga. Os dois eram acusados de terem comprado 11 carneiros roubados de uma fazenda em Bacabal.

Segundo José Ribamar Neves Leitão, a ordem entre os cinco policiais autores do bárbaro crime, era para matar. Todos integrantes do 15º BPM, sediado em Bacabal, o tenente Francisco Almeida Pinho, o sargento Gilberto Custódio dos Santos e os soldados Marcelino Henrique Santos Silva, Rogério Costa Lima e Robson Santos de Oliveira estão presos.

Depois de ficar desaparecido por sete dias, o lavrador contou todos os detalhes da brutalidade dos PMs e também como conseguiu escapar, aproveitando-se de um descuido dos militares.

Pelo relato de 'Riba', ele foi 'sequestrado' antes de 'Marquinhos', que teve o seu 'sequestro' flagrado por câmeras de segurança da rua em frente ao seu comércio.

Revelou o lavrador que foi chamado pelo sargento Custódio, na manhã de segunda-feira, 01, para apanhar umas sementes na localidade São Sebastião. "Saímos juntos da fazenda em que trabalho, mas no meio do caminho a conversa mudou. Ele desceu do veículo e começou a me perguntar sobre uns carneiros roubados da fazenda que teriam sido vendidos a 'Marquinhos'. Nisso apareceu o tenente Pinho, que foi logo batendo na minha cara e me empurrando. Pegaram minhas duas mãos, amarraram nas cordas e puxaram para trás. Amarraram meus pés e me derrubaram no chão. O sargento Pinho sentou em cima de mim e o senhor Gilberto agarrado na minha

garganta, batendo na minha cara e me chutando. Jogaram água no meu rosto coberto por uma toalha, para que eu confessasse o furto e a venda dos carneiros", disse 'Riba', acrescentando que nesse momento desmaiou, e que quando acordou foi colocado na mala do carro.

Depois disso, os militares foram até a casa de 'Marquinhos', que foi jogado dentro do carro, permanecendo desaparecido até a manhã seguinte, quando foi encontrado no matagal na estrada de São Luís Gonzaga.

Detalhes da morte de Marquinhos - No vídeo, que circula nas redes sociais, 'Riba' faz um relato detalhado da morte do comerciante 'Marquinhos'. "Já dentro do carro eles agrediram bastante o 'Marquinhos' com socos no rosto. apesar de o tempo inteiro ele negar que havia comprado os carneiros. Amarraram as duas pernas dele, derrubaram no chão perto de uma poça. Começaram a jogar água e bater. Um deles pulava com os dois pés no peito dele. Queria que ele falasse, mas não davam chance dele falar. Molharam uma camisa bem pesada e começaram a bater na cara dele, enquanto estava respirando, ele batia. Até que ele parou de respirar".

Relatou ainda o lavrador que, após constatarem que o comerciante estava morto, os policiais decidiram levar os dois para a fazenda de 'Marquinhos'. Segundo 'Riba', a ideia era passar para a família que os dois tinham corrido e se escondido no mato. No trajeto, porém, encontraram a esposa de 'Marquinhos' e mudaram os planos.

'Riba' disse que da mala do carro ouvia o que estava sendo tramado pelo tenente Pinho, que teria sido o autor dos disparos contra o comerciante, que, no momento que foi baleado era segurado pelos demais militares. "Depois disso, um deles atiraria na perna do militar para fingir um confronto", acrescentou o lavrador, que em seguida passaria a ser o alvo dos policiais.

"Os quatro policiais saíram, pegaram a arma, deram para Gilberto, genro do 'velho' da fazenda que eu trabalhava, e disseram: 'agora mata, porque ele não

pode chegar vivo em Bacabal", contou 'Riba', que chegou a implorar para que não o matassem. Chegou a ficar ajoelhado com um revólver apontado para sua cabeça. Segundo ele, o policial puxou o gatilho, mas o revólver não disparou. Nesse momento, ele começou a correr, ouvindo ainda vários disparos feitos na sua direção. 'Riba' disse que fugiu durante todos esses dias com medo de ser encontrado e assassinado pelos policiais, até chegar à casa de uma irmã sua, na Vila São João.

Depoimento - José de Ribamar Neves Leitão prestou depoimento, ainda na manhã de segunda-feira, na Delegacia Regional de Bacabal. O secretário Jefferson Portela (**Segurança Pública**), acompanhado de alguns integrantes da cúpula da SSP, viajou a Bacabal novamente, a pedido do pai de 'Riba', para acompanhar o interrogatório.

**Site:** <https://oinformante.blog.br/notas/lavrador-aparece-e-revela-detalhes-da-brutalidade-dos-policiais-que-mataram-comerciante-em-bacabal/>

# Lavrador é encontrado após uma semana desaparecido, em Bacabal

O lavrador José de Ribamar Neves Leitão, conhecido como "Riba", que estava desaparecido desde o dia 1º de fevereiro da cidade de Bacabal foi encontrado na madrugada dessa segunda-feira (8).

O lavrador afirma que ficou uma semana escondido no mato após escapar da execução que seria praticada por um grupo de policiais militares. José Leitão foi acusado pelos PMs de estar envolvido no roubo de carneiros da fazenda em que ele trabalhava. Os animais teriam sido, segundo os PMs, vendidos a um comerciante.

O lavrador foi sequestrado e levado para ser torturado. O objetivo era fazê-lo confessar a prática do crime. Como ele não confessou, foi amarrado e colocado em um carro. Em seguida, os PMs foram sequestrar o comerciante Marquinhos em sua residência. Ele também foi torturado e como não confessou o crime, terminou sendo morto pelos policiais.

Durante o relato, Riba contou que foi levado por policiais para ser morto, no dia em que os PMs levaram o comerciante Marcos Santos. Ele afirmou que viu o comerciante ser torturado e morto pelos policiais, sendo que o genro do dono da fazenda fez parte da execução.

José de Ribamar conta que os PMs foram até o seu local de trabalho e o atraíram para uma emboscada. Ao chegar ao local, os policiais o pressionaram para confessar que havia roubado carneiros. Ele negou o crime. Em seguida, o lavrador diz que foi espancado, teve as pernas e os braços amarrados e foi jogado no porta malas do carro onde estavam os policiais.

Em relato, o lavrador disse que implorou aos policiais para não morrer e só conseguiu escapar porque a arma não disparou. Após conseguir fugir, José de Ribamar diz que passou uma semana andando pelo mato, sem comida e bebida. O lavrador relatou também que chegou a ser perseguido por diversas vezes e sempre que tentava ir embora, se deparava com barreiras policiais nas estradas.

"Estava uns dois palmos da minha cabeça [a arma], quando ele apertou o dedo, a arma não disparou. Nessa hora que a arma não disparou, eu corri. Eu criei força nas minhas pernas e corri. Eles de lá mesmo começaram a atirar, deram ao menos 10 tiros em mim,

e eu passei a noite toda correndo e eles atrás de mim' (.). Quando eu chego na estrada, mais ou menos 00h, tinha uma barreira me esperando. Quando eu vejo aquela moto com o farol ligado no meio do caminho e aquelas luzes piscando. Quando eu notei logo, eu vi que era polícia me esperando. E ali mesmo eu fiquei, a noite esperando", disse.

## Morte do comerciante

Durante a entrevista, José de Ribamar relatou o que segundo ele, foram os últimos momentos do comerciante Marcos Santos. Segundo o lavrador, ele estava no porta malas do veículo dos policiais, que aparece em imagens de câmera de segurança chegando na casa de Marcos Santos. Ele afirma que presenciou todas as agressões sofridas pela vítima, até ele ser morto pelos PMs.

"Ele foi batendo nele no carro, enforcando, o rapaz [o PM] pegando nisso aqui dele [no pescoço], o cara puxava na garganta dele, dando muito socos na cara dele. Eles seguraram ele [Marcos] e mandaram o rapaz [PM] pular em pé, em cima da barriga dele, pulando com os dois pés em cima dele, do peito dele. Acho que isso aqui já deveria estar quebrado de tanto o pessoal pular. Pegaram ele, colocaram um pano na cara dele e começaram a jogar água e ele já asfixiado e sem poder falar. Eles não davam chance nem dele falar, nem dele poder se explicar. Molharam uma camisa bem pesada e começaram a bater na cara dele. Enquanto ele estava respirando, eles estavam batendo nele com a camisa, até que ele não resistiu", explicou.

De acordo com José de Ribamar, depois de terem matado Marcos Santos, o próximo passo era matar ele e simular uma troca de tiros. Ele explica que o tenente Pinho, um dos suspeitos, pediu aos colegas que atirassem em uma das pernas dele.

"Eram cinco pessoas e aí, o Pinho disse 'vocês quatro, que era o Gilberto e outros três, era para segurar ele e atirar nele [Pinho]'. Disseram que era para atirar no peito dele [Marcos] e quando terminar, é pra atirar em uma das minhas pernas', relatou.

## Investigações

O advogado do lavrador, Bento Vieira, disse que por

segurança, José de Ribamar foi levado para o escritório e só deve sair de lá após ele ser ouvido pelo secretário estadual de Segurança, Jefferson Portela.

Os cinco policiais envolvidos no crime estão presos no presídio do Comando-Geral da Polícia Militar. Eles foram identificados como tenente Pinho, o sargento Custódio e os cabos Robson, Rogério e Henrique.

A Comissão de **Direitos Humanos** da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) está investigando uma série de assassinatos cometidos por policiais militares que atuam no Maranhão à paisana, ou seja, sem fardamento. Eles também são conhecidos como os 'velados'.

**Site:**

**<https://centraldenoticias.radio.br/2021/02/09/lavrador-e-encontrado-apos-uma-semana-desaparecido-em-bacabal/>**

# MPMA orienta profissionais do entretenimento e do reggae para prevenção da poluição sonora

**John Cutrim**

Foi realizada, nesta segunda-feira, 8, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, em São Luís, uma reunião da comissão que organiza a Associação dos Profissionais de Entretenimento do Maranhão (Aspema) e representantes do movimento reggae de São Luís com o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de São Luís e que integra a coordenação da Operação Harpócrates.

A operação visa combater a poluição sonora em São Luís, principalmente em decorrência de som automotivo fora dos padrões permitidos e de escapamentos adulterados em motocicletas.

Na pauta do encontro, que foi solicitado pelas entidades, foram tratados assuntos como a prevenção à poluição sonora e o respeito às normas sanitárias referentes à organização dos eventos artísticos, definidas pelo poder público antes e depois da pandemia da Covid-19.

Da Comissão da Aspema, participaram Juan Lincon, Werdembergue Sousa, Francivaldo Silva e Cláudio Adão. Pelo movimento reggae, estiveram presentes DJ Fellina Roots e DJ Jorge Black.

Segundo Cláudio Guimarães, foram prestadas orientações sobre as condutas que os realizadores de eventos devem adotar para evitar a poluição sonora e se adequarem às normas sanitárias. "Foi extremamente positiva a reunião. O diálogo é sempre o melhor caminho, que vem junto com a conscientização, com a educação. São os meios mais adequados para solucionar os problemas na comunidade", avaliou.

O membro do **Ministério Público** considera o entendimento por meio do diálogo mais importante do que as ações repressivas de combate à poluição sonora. "É um grande avanço. A repressão é reativa. E o diálogo é preventivo. Essa reunião de hoje teve um valor muito maior do que todas as ações repressivas feitas na Operação Harpócrates", comentou.

A opinião é compartilhada por Cláudio Adão, que integra tanto o setor dos profissionais do entretenimento como do movimento reggae de São Luís. "A reunião foi muito positiva! No aspecto do bom diálogo e dos esclarecimentos que tivemos para adequação de trabalhos e repasse de comunicação para a classe. Pra que, cada vez mais, a lei seja cumprida e diminua a necessidade de atuações do **Ministério Público**", observou.

O **promotor de justiça** Cláudio Guimarães informou que outras reuniões deverão ser realizadas com os profissionais que trabalham com o reggae eletrônico e utilizam os chamados paredões de som, para que o **Ministério Público** os oriente a usar os seus equipamentos de acordo com as normas legais, evitando a poluição sonora.

**Site:** <https://johncutrim.com.br/mpma-orienta-profissionais-do-entretenimento-e-do-reggae-para-prevencao-da-poluicao-sonora/>



# MPMA orienta profissionais do entretenimento e do reggae para prevenção da poluição sonora

Foi realizada, nesta segunda-feira, 8, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, em São Luís, uma reunião da comissão que organiza a Associação dos Profissionais de Entretenimento do Maranhão (ASPEMA) e representantes do movimento reggae de São Luís com o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de São Luís e que integra a coordenação da Operação Harpócrates.

A operação visa combater a poluição sonora em São Luís, principalmente em decorrência de som automotivo fora dos padrões permitidos e de escapamentos adulterados em motocicletas.

Na pauta do encontro, que foi solicitado pelas entidades, foram tratados assuntos como a prevenção à poluição sonora e o respeito às normas sanitárias referentes à organização dos eventos artísticos, definidas pelo poder público antes e depois da pandemia da Covid-19.

Da Comissão da ASPEMA, participaram Juan Lincon, Werdembergue Sousa, Francivaldo Silva e Cláudio Adão. Pelo movimento reggae, estiveram presentes DJ Fellina Roots e DJ Jorge Black.

Segundo Cláudio Guimarães, foram prestadas orientações sobre as condutas que os realizadores de eventos devem adotar para evitar a poluição sonora e se adequarem às normas sanitárias. "Foi extremamente positiva a reunião. O diálogo é sempre o melhor caminho, que vem junto com a conscientização, com a educação. São os meios mais adequados para solucionar os problemas na comunidade", avaliou.

**Site: <https://blogdominard.com.br/2021/02/mpma-orienta-profissionais-do-entretenimento-e-do-reggae-para-prevencao-da-poluicao-sonora/>**

# Ministério Público apura suspeita de ilegalidades em licitação da Seinc (Cotidiano)

*Yuri Almeida*

O **Ministério Público** do Maranhão instaurou inquérito civil para apurar supostas ilegalidades em uma licitação da Seinc (Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia) para contratação de empresa especializada no agenciamento de viagens aéreas nacionais e internacionais, terrestres e marítimas, e hospedagens.

Assinada em 8 de janeiro último pelo promotor Nacor Paulo Pereira dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio e da **Probidade Administrativa**, a portaria que abriu o procedimento estabeleceu o prazo de um ano para conclusão da investigação.

Realizado pela Seinc no ano passado, o pregão foi vencido pela agência de viagens Caravelas Turismo, ao valor de R\$ R\$ 554.342,70. A pasta é comandada por Simplício Araújo, suplente de deputado federal e presidente do partido Solidariedade no Maranhão.

Sem transparência, não consta na página de licitações da Secretaria de Indústria, Comércio e Energia o termo de referência, edital, cotação de preços, atas e demais documentos obrigatórios essenciais para a fiscalização e controle social do processo licitatório. Há apenas quatro documentos a respeito: aviso de adiamento; comunicado; resultado do pregão; e homologação de decisão. A ausência de documentação também é observada na página de contratos do Sacop (Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas) do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Maranhão.

O inquérito foi instaurado pelo **Ministério Público** a partir de uma denúncia feita pela WC Viagens e Turismo Ltda - ME, participante da licitação e que em um dos lotes ofertou os serviços pelo mesmo valor da empresa vencedora do certame, mas não foi habilitada. Como critério desempate, o pregoeiro da Seinc, Fábio Henrique Garcia Pereira, acolheu documentação da Caravelas Turismo que, segundo consta no resultado de julgamento das propostas, comprovaram que a agência de viagens investe em bens e serviços produzidos e serviços prestados -em

pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País-pela empresa MG System Informática Ltda.

Questionada pelo ATUAL7, a Seinc respondeu que a contratação "ocorreu dentro de todos os padrões legais".

"As empresas participantes cumpriram os requisitos legais e ao final do processo houve empate entre elas. O critério de desempate adotado foi baseado no artigo 3º, § 2, inciso IV, da Lei 8.666/93, destacando que um dos critérios que pode ser adotado para o desempate, é a produção ou prestação de serviços por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país", disse.

Apesar da falta de transparência dificultar a verificação da informação, a Seinc alegou também que "a quantidade de empresas participantes e o empate entre algumas mostram a transparência no processo licitatório".

"A empresa Caravelas Turismo LTDA, vencedora do certame, apresentou uma declaração sobre o investimento em tais serviços, fato este, que culminou na decisão que homologou a licitação", garantiu.

Procurada desde o último dia 27, a Caravelas Turismo não retornou o contato.

Embora tenha sido instaurado há pouco mais de um mês, o inquérito civil segue parado no **Ministério Público**, tendo apenas uma única movimentação até o momento, no último dia 11.

**Site:** <https://atual7.com/cotidiano/2021/02/ministerio-publico-apura-suspeita-de-ilegalidades-em-licitacao-da-seinc/>

# Yglésio presta apoio a representantes do setor do entretenimento

O deputado estadual Yglésio Moyses (PROS) recebeu, na tarde de segunda-feira (8), promotores de eventos de São Luís, para discutir soluções para o setor do entretenimento na capital. O objetivo é superar as dificuldades enfrentadas por toda a cadeia de profissionais que atuam no setor, direta ou indiretamente.

Um dos pontos destacados foi a ação, classificada como truculenta, da Polícia Militar e do **Ministério Público**, ocorrida nos últimos dias, em que representantes desses órgãos atuaram de forma desproporcional contra produtores e casas de eventos na capital. Entre eles, há o medo de represálias.

Como resultado da reunião, o deputado disponibilizou apoio jurídico necessário, além de se colocar à disposição para contribuir com a causa.

"O setor do entretenimento é a principal, ou talvez, a única fonte de renda para muitas famílias em São Luís e é de grande importância que o Parlamento esteja à disposição desses profissionais, ainda mais neste cenário de pandemia, com as restrições impostas pelo governo, além das fiscalizações que ocorrem com frequência. Como forma de apoiar a causa, nos colocamos à disposição para o que estiver ao nosso alcance, principalmente apoio jurídico. Dessa maneira, caminharemos juntos para superar esta fase, de modo que haja cada vez menos efeitos negativos da pandemia sobre a vida das pessoas", frisou o deputado.

O setor do entretenimento, segundo o deputado, vem sofrendo com ações do poder público no sentido de coibir a realização de eventos por conta da pandemia, mas sem prestar qualquer tipo de apoio cultural, visto que inúmeras famílias dependem do setor, direta ou indiretamente.

Reunião na Tom Music

Na noite de segunda-feira (8), o deputado participou de uma reunião com a categoria para ampliar o diálogo e em busca de conhecer ainda mais o problema e discutir as soluções.

Site: <http://www.al.ma.leg.br/./noticias/40712>

# MPMA orienta profissionais do entretenimento para prevenção da poluição sonora

## Assessoria

Foi realizada, nesta segunda-feira, 8, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, em São Luís, uma reunião da comissão que organiza a Associação dos Profissionais de Entretenimento do Maranhão (Aspema) e representantes do movimento reggae de São Luís com o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de São Luís e que integra a coordenação da Operação Harpócrates.

A operação visa combater a poluição sonora em São Luís, principalmente em decorrência de som automotivo fora dos padrões permitidos e de escapamentos adulterados em motocicletas.

Na pauta do encontro, que foi solicitado pelas entidades, foram tratados assuntos como a prevenção à poluição sonora e o respeito às normas sanitárias referentes à organização dos eventos artísticos, definidas pelo poder público antes e depois da pandemia da Covid-19.

Da Comissão da Aspema, participaram Juan Lincon, Werdembergue Sousa, Francivaldo Silva e Cláudio Adão. Pelo movimento reggae, estiveram presentes DJ Fellina Roots e DJ Jorge Black.

Segundo Cláudio Guimarães, foram prestadas orientações sobre as condutas que os realizadores de eventos devem adotar para evitar a poluição sonora e se adequarem às normas sanitárias. "Foi extremamente positiva a reunião. O diálogo é sempre o melhor caminho, que vem junto com a conscientização, com a educação. São os meios mais adequados para solucionar os problemas na comunidade", avaliou.

O membro do **Ministério Público** considera o entendimento por meio do diálogo mais importante do que as ações repressivas de combate à poluição sonora. "É um grande avanço. A repressão é reativa. E o diálogo é preventivo. Essa reunião de hoje teve um valor muito maior do que todas as ações repressivas feitas na Operação Harpócrates", comentou.

A opinião é compartilhada por Cláudio Adão, que integra tanto o setor dos profissionais do entretenimento como do movimento reggae de São Luís. "A reunião foi muito positiva! No aspecto do bom diálogo e dos esclarecimentos que tivemos para adequação de trabalhos e repasse de comunicação para a classe. Pra que, cada vez mais, a lei seja cumprida e diminua a necessidade de autuações do **Ministério Público**", observou.

O **promotor de justiça** Cláudio Guimarães informou que outras reuniões deverão ser realizadas com os profissionais que trabalham com o reggae eletrônico e utilizam os chamados paredões de som, para que o **Ministério Público** os oriente a usar os seus equipamentos de acordo com as normas legais, evitando a poluição sonora.

Por **MPMA**

**Site:** <https://www.ma10.com.br/2021/02/09/mpma-orienta-profissionais-do-entretenimento-para-prevencao-da-poluicao-sonora/>

# Clubes de reggae são orientados sobre a prevenção da poluição sonora

SÃO LUÍS - A pauta principal da reunião, realizada nessa segunda-feira (8), era o combate da poluição sonora em São Luís. Estavam presentes os representantes do movimento de reggae da capital, e o **promotor de Justiça** Cláudio Guimarães.

**Ministério Público** começa a receber denúncias sobre vacinação

Dupla de amigos mostra jeito maranhense de dançar reggae em cenários de São Luís

O encontro, foi solicitado pelas entidades do movimento de reggae, e foram tratados assuntos como a prevenção à poluição sonora e o respeito às normas sanitárias referentes à organização dos eventos artísticos, definidas pelo poder público antes e depois da pandemia da Covid-19.

Segundo Cláudio Guimarães, foram prestadas orientações sobre as condutas que os realizadores de eventos devem adotar para evitar a poluição sonora e se adequarem às normas sanitárias. "Foi extremamente positiva a reunião. O diálogo é sempre o melhor caminho, que vem junto com a conscientização, com a educação. São os meios mais adequados para solucionar os problemas na comunidade", disse.

Cláudio Adão, que integra tanto o setor dos profissionais do entretenimento como do movimento reggae de São Luís, avalia com grande positividade o encontro. "A reunião foi muito positiva! No aspecto do bom diálogo e dos esclarecimentos que tivemos para adequação de trabalhos e repasse de comunicação para a classe. Pra que, cada vez mais, a lei seja cumprida e diminua a necessidade de autuações do **Ministério Público**", avaliou.

Site: <https://imirante.com/namira/sao-luis/noticias/2021/02/09/clubes-de-reggae-sao-orientados-sobre-a-prevencao-da-poluicao-sonora.shtml>